

Moção

CONTRA A PRIVATIZAÇÃO DOS TRANSPORTES PÚBLICOS E POR UMA NOVA ESTRATÉGIA NA POLÍTICA DE TRANSPORTES

Considerando que para os trabalhadores e contribuintes em geral são absolutamente insuportáveis os efeitos resultantes da aplicação de uma política da máxima privatização de serviços públicos, defendida e levada a cabo pelo governo PSD/CDS, em obediência aos ditames da Tróica, e que tem como consequência a falta de qualidade, dificuldade de acesso e elevados custos;

Considerando que, em matéria de transportes, o mesmo governo, começou por aprovar o designado Plano Estratégico dos Transportes (PET) em 2011, e, posteriormente, Plano Estratégico de Transportes e Infra-estruturas (PETI3+), com vista a levar a cabo a privatização do setor, desde os transportes terrestres rodoviários – urbanos, como o Metro, Carris e STCP - e ferroviários – CP, aos aéreos – TAP;

Considerando que, para tentar livrar-se de quaisquer compromissos orçamentais no campo do serviço público de transportes de passageiros por modo rodoviário, fluvial e ferroviário – sempre em obediência às imposições da senhora Merkel e da Tróica, o governo pretende entregar o setor à gestão privada cujo único objectivo é o lucro desenfreado e não a prestação de serviços condignos às populações;

Considerando, por outro lado, que as populações da Região de Lisboa têm assistido a uma grave e intolerável degradação do serviço de transportes, à manifesta falta de segurança, ao agravamento das condições de acesso, à falta das condições de comodidade, a uma insuportável redução de horários, eliminação de carreiras e supressão de autocarros aos fins de semana e espaçamento intolerável dos intervalos de circulação, e diminuição do número de carruagens, seja no metro seja nos comboios suburbanos e, tudo isto, acompanhado de um provocatório aumento do preço dos bilhetes;

Considerando que são para reverter, quer a subconcessão do metro e carris, bem como a entrega, numa atitude profundamente anti patriótica, de um setor estratégico como a TAP, companhia de prestígio internacionalmente reconhecido;

Considerando que é criminoso este processo de desmantelamento daquilo que resta do setor empresarial do Estado e de entrega ao grande capital sobretudo estrangeiro, de empresas e operações estratégicas para os interesses nacionais;

A Assembleia de freguesia da Mina de Água, em sessão ordinária de 30 de junho de 2015, delibera:

1. Opor-se frontal e firmemente à onda desenfreada de privatização dos transportes públicos.
2. Rejeitar totalmente qualquer concessão a privados das empresas públicas de transportes, designadamente, na área metropolitana de Lisboa.

3. Defender que o planeamento e exploração dos transportes na região de Lisboa devem ser realizados de forma integrada e articulada.
4. Defender que as empresas devem ser públicas com gestão pública ficando assim na esfera do sector empresarial do Estado.
5. Opor-se à liquidação/privatização da TAP, da EMEF e da CP carga.
6. Manifestar-se contra a subconcessão /privatização do metropolitano de Lisboa Carris, Transtejo Soflusa, STCP e Metro do Porto, a entrega a privados dos serviços lucrativos da CP e contra a destruição da REFER na fusão com as estradas de Portugal.

A presente deliberação deve ser enviada à Presidência da Assembleia da República e a todos os grupos parlamentares, e comunicada aos órgãos de comunicação social.

Amadora, 30.06.2015

Os eleitos da CDU